

## **Fundação de Ensino Octávio Bastos - UNIFEOB**

Lucas Fernando Silva Bernardo<sup>1</sup> - RA: 19000650

Luiz Felipe Baron Dau<sup>2</sup> - RA: 19001543

João Octavio Campos Simões<sup>3</sup> - RA:19001291

Luiz Eduardo Alves Oliveira<sup>4</sup>- RA: 19001047

Prof. Orientador: Francisco Paulino de Abreu Neto

# **Projeto Integrado:**

Uma reforma no desporto brasileiro  
a conduta ideal através do desporto

São João da Boa Vista

2020

## **Introdução**

O desporto no Brasil tem sido pouco efetivo na criação de atletas, mediante a forma como o mesmo tem sido exercido a partir de seus técnicos na vida das crianças e jovens, para (ROSA 2014), os treinadores, enquanto agentes centrais no processo de desenvolvimento desportivo, desempenham um papel fundamental na transmissão de valores éticos a todos os que com eles se relacionam, em particular os seus praticantes.

Assim para que tenhamos um crescimento significativo é necessário fazer uma reforma na pedagogia do desporto, respeitando o indivíduo em todos os seus âmbitos, como citado por Greco o sistema de formação de treinamento esportivo é composto por certas sequências de fases entre elas: fase pré-escolar, dos 2/3 anos aos 6 anos, fase universal, dos 6 aos 12 anos; fase de orientação, 12 aos 14 anos; fase de direção 14 aos 16 anos, fase de especialização, 16 e que engloba até os 18 anos; fase de aproximação/integração, 18 aos 21 e por fim, a fase de alto nível que se situa a partir dos 21 anos. A fase mais extensa e rica é a fase universal na formação esportiva, preconiza a iniciação esportiva, onde se há a busca do desenvolvimento de todas as capacidades motoras e coordenativas, assim, construindo uma base ampla e diversificada através de aprendizagens que valorizam o lúdico. (PANIAGUA et al., 2012, s.n).

Ainda devemos ressaltar diversas consequências de privar os futuros atletas de cada fase, Ramos e Neves (2008) listam algumas como: a) formação escolar deficiente, devido a grande exigência em acompanhar com êxito a carreira esportiva; b) a internalização de um desenvolvimento que deveria ser plural, e c) reduzida participação em atividades, brincadeiras e jogos do mundo infantil, indispensáveis para o desenvolvimento da personalidade na infância (p.4).

Contudo, para que se evidencie estes pontos foram analisadas políticas desportivas de outros países como dos Estados Unidos, onde a vida de estudante atleta se complementam mostrando ainda que a criação de atletas tem de ser interesse também de seus pais. O sucesso esportivo dos países resulta da combinação de fatores sociais, culturais, organizacionais, econômicos, etc. O

processo de formação de atletas, que consiste no período compreendido entre a iniciação esportiva e esporte de alto rendimento (CAFRUNI; MARQUES; GAYA, 2006 apud BASTIDAS; BASTOS, 2011), tem parcela de responsabilidade no rendimento esportivo do país, além de ser “a base de promoção de novos talentos que poderão se tornar campeões olímpicos” (BASTIDAS; BASTOS, 2011, p.112).

Mediante a estas idéias, este estudo tem como objetivo, reunir informações que possam agregar e melhorar a política do desporto brasileiro levando em consideração a parte financeira, política e pedagógica para que tenhamos uma evolução ainda maior nesse âmbito e possibilitando a formação em massa de atletas de elite.

## **Metodologia**

Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa “tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2014, p. 44). Há que se considerar a importância da delimitação da temática dado que a exacerbada amplitude pode inviabilizar o desenvolvimento do trabalho (MARCONI, LAKATOS, 2014).

As fontes de pesquisas foram livros (ebook), artigos científicos e a plataforma Google Acadêmico, partindo das palavras-chave: desporto, especialização precoce, lei de incentivo ao esporte, RTA (relação treinador, atleta), equipe multidisciplinar, esporte de rendimento.

## **Desenvolvimento**

### **Papel do treinador : Liderança e comunicação**

Os treinadores, enquanto agentes centrais no processo de desenvolvimento desportivo, desempenham um papel fundamental na transmissão de valores éticos a todos os que com eles se relacionam, em particular os seus praticantes (ROSA, 2014).

A ética, enquanto sistema de valores, ajuda-nos a tomar consciência de que não podemos viver de qualquer maneira, que na vida não vale tudo e que os

nossos comportamentos têm consequências nos outros e na sociedade que ajudamos a criar (ROSA,2014).

Através desse ponto de vista aplicado à prática esportiva, vê-se que a individualização dos objetivos ou o foco em vencer não é a sua única e principal finalidade. Assim sendo, a ideia não é vencer a qualquer custo, dado que valores como respeito, tolerância, justiça e esforço devem estar implicados, ressaltando e valorizando o caráter impulsionador do ambiente desportivo (ROSA, 2014).

Neste sentido, a prática desportiva demonstra um capital único, o qual pode e deve ser aproveitado com vista ao seu desenvolvimento para fins educativos, uma vez que está vinculado a um conjunto alargado de valores que lhe são potencialmente associados (ROSA,2014).

Podemos então direcionar, com assertividade, qual deve ser a conduta do treinador de acordo com a faixa etária em questão, baseando-se em valores educativos através da prática desportiva, valores estes que se desdobram do desporto para a vida.

Tendo isso em mente, a iniciação no desporto deve ser acompanhada de reuniões entre pais, psicólogo e dirigentes do clube. Nestes encontros serão apresentados, em primeiro ponto, a questão atleta e, por conseguinte, a questão de avaliação do desenvolvimento do mesmo e as competições. A ideia central é que os pais entendam que o objetivo do processo de iniciação no desporto é a formação do caráter da criança, em que ela tem a oportunidade de desenvolver liderança, auto-disciplina, cooperação, competição, auto realização e autoconfiança. Além disso, pode-se enfatizar que o desporto passa a ser um ambiente em que o indivíduo faz amizades, tornando o clube (ou espaço em que ocorre a prática esportiva) um lugar de convívio, tendo todos esses objetivos como premissa fundamental para o jovem sentir-se bem e divertir-se na prática do desporto. (Gomes, 1996 , 1997, Martens 1978; Smith & Smoll, 1996 apud GOMES, 2001).

O critério de avaliação do sucesso do jovem deve ser avaliado com base na persistência e esforço que ele demonstra na execução da tarefa e não nas competições, sendo importante ressaltar que os pontos de evolução devem ser comparados com seus próprios resultados anteriores e não com os demais atletas.

De acordo com a investigação de Martens et al. (1981) - citado por Gomes (2001, p.33-4) - “assumir uma perspectiva mais centrada no bem estar do atleta, e não no resultado final obtido nas diferentes competições” acaba por promover atletas que :

- a) Lutam e estão motivados para obter a excelência;
- b) Correm riscos para aprender;
- c) Assumem mais facilmente as responsabilidades pelos seus atos;
- d) Obtêm maior gozo e prazer na busca da vitória e da melhoria pessoal;
- e) aceitam-se a si próprio e aos outros, como pessoas com potencialidades e aspectos a melhorar.

Seguindo com a ideia dos autores, o papel do treinador giraria em torno de estratégias e técnicas, tais como:

- a) estratégia de treino simples;
- b) Promover o gozo e o divertimento no treino;
- c) Promover uma abordagem individualizada e centrada no atleta;
- d) Utilizar múltiplas estratégias de treinos estimulantes para os atletas;
- e) Manter uma atitude positiva e de esperança nas capacidades do atletas;
- f) Utilizar modelos de execução que os ajudem a progredir;
- g) manter os atletas sempre ativos e ocupados;
- h) evitar emitir avaliações e instruções constantes e contínuas.

### **Conduta do técnico na iniciação esportiva e especialização: Fases de desenvolvimento, consequências da especialização precoce e ludicidade.**

O processo de iniciação esportiva está estreitamente relacionado ao desenvolvimento humano que, nesse caso, volta-se o olhar para crianças e adolescentes em formação.

O sistema de formação e treinamento esportivo é separado em fases sequenciais, sendo elas: fase pré escolar 2 aos 6 anos, fase universal que atinge dos 6 até os 12 anos, fase de orientação dos 12 aos 14 anos, fase de direção 14 aos 16 anos, seguido pela fase de especialização abrangendo de 16 aos 18 anos, fase de aproximação e integração dos 18 aos 21 e por fim a fase de alto nível que se inicia aos 21 anos. A fase mais ampla é a fase universal procurando-se desenvolver capacidades motoras e coordenativas na iniciação esportiva. Deve ser rica, ampla e diversificada, buscando atividades de aspecto lúdico (GRECO, 1997 apud PANIAGUA et al 2012).

Enfatizando a importância do aspecto lúdico, podemos concluir que a ludicidade tem papel importantíssimo no desenvolvimento motor da criança podendo ser utilizada em forma de jogos "pré desportivos". Pereira (2017) aponta que, no âmbito dos "jogos pré-desportivos, é possível adequar e planejar aulas e jogos com regras mais flexíveis, com inovações nas dimensões de espaço, tempo e ações dos participantes, visando uma participação mais efetiva e satisfatória" (p.73). Portanto, a ideia a ser trabalhada é que "ninguém está jogando para ser reconhecido, destacado, exaltado" logo, a finalidade é promover "uma ação prazerosa e despreziosa" (SANTANA, 1996, p.71 apud PEREIRA, 2017, p.73)

De acordo Huizinga (1971), abordado por Franchi (2013), jogo é definido como uma atividade voluntária que ocorre em dado limite de tempo/espaço, com regras que faz parte do consentimento daqueles que jogam, mas sem o caráter estritamente obrigatório. Continuando tal ideia, o jogo tem um fim em si mesmo, foge à rotina e vem acompanhado do sentimento de alegria e tensão (apud PEREIRA, 2017).

Muitos jovens que se dedicam com maior intensidade ao desporto abandonam-no, quando, no decorrer de seu desenvolvimento, são atraídos por outros interesses que durante alguns anos foram ignorados, principalmente quando foram submetidos a demasiada pressão em consequência da sobrevalorização da necessidade de ganhar (COELHO, 2016).

É extremamente importante ficar claro o lugar do desporto na vida da criança e do jovem, tendo sempre em atenção que a sua prática deve constituir pelo menos durante o período abrangido pela escolaridade obrigatória, um

complemento de sua atividade escolar e não sua ocupação de interesse exclusivo. Isso é essencial para proporcionar um estilo de vida ativo e equilibrado, que não prejudique a vivência de atividades igualmente importantes para sua formação (COELHO,2016).

Para as crianças, praticar atividade física e desportiva regularmente é essencial para sua saúde e bem estar. Estudos mostram que o esporte pode contribuir para o desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e social, sendo também importante para promover um estilo de vida saudável quando adulto (FECHIO et al., 2012). Continuando essa ideia, “desde muito cedo, crianças que buscam a prática esportiva, ou a ela são conduzidas, são levadas a conhecer e a desenvolver atitudes e comportamentos cujo fim máximo é a vitória” (FECHIO et al., 2012, s.n.).

Segundo Rubio et al. (2000), citado por Fechio et al (2012), “estas crianças são apresentadas e inseridas prematuramente na triste realidade do mundo dos adultos, em que o prazer do lúdico cede lugar à competência e à performance e a recreação transforma-se em competição”(s.n.).

Os estudos sobre os efeitos dos esportes altamente competitivos no desenvolvimento integral das crianças ainda apresentam muitas controvérsias. Por esta razão, de acordo com Todt et al. (2002), o excesso de treino de jovens atletas visando o alto rendimento com treinos especializados e intensos, para participação de competições com níveis elevados, causa preocupação na comunidade científica (apud FECHIO et al. 2012).

Fechio et al. (2012), citando Gould (2009), apontam que “diversos profissionais têm alertado sobre o risco que o esporte competitivo impõe a criança” (s.n.). Isto inclui instituições como Organização Mundial da Saúde e Federação Internacional de Medicina do Esporte (FIMS/WHO, 1998 apud FECHIO et al., 2012). Dentre os riscos a se ressaltar fazem referência “às condições e fatores que podem representar uma exigência psicológica e emocional para as crianças-atletas” (FECHIO et al., 2011 apud FECHIO et al., 2012, s.n.).

A prática das crianças e jovens não pode ter a mesma orientação da Especialização e do Alto Rendimento, devendo se distinguir claramente da prática

desportiva dos adultos, assumindo características próprias relativas à sua natureza, objetivos e enquadramento.

Vale ressaltar ainda que a atividade física influi também sobre o desenvolvimento ósseo e hormonal. O treinamento físico em excesso causa o comprometimento de ganho de massa óssea, além do atraso puberal. O treinamento físico rigoroso pode ser um dos causadores do hipoestrogenismo em adolescentes do sexo feminino, atrasando a menarca(primeira menstruação) ou até o despeito do retorno da menstruação o que acarreta a redução de massa óssea por falta da reposição estrogênica e da suplementação de cálcio.(ELIAKIM; BEYTH, 2003 apud ALVES; LIMA, 2008). A densidade mineral óssea reduzida amplifica o risco de fraturas por estresse além de causar instabilidade na coluna vertebral , aumentando o grau da escoliose (STAFFORD, 2005 apud ALVES; LIMA, 2008). (ALVES, LIMA 2008, p.385). Não exclusivamente ao sexo feminino, mas também em adolescentes do sexo masculino, o treinamento físico exagerado causa a redução de ganho de massa óssea (SILVA, TEIXEIRA ,GOLDBERG , 2003 apud ALVES,LIMA 2008).

Estudos analisaram também que, por conta de cargas de treinos excessivos - que podem chegar a 36 horas semanais (CAINE et al, 2001 apud ALVES,LIMA,2008) - há uma diminuição na estatura de ginastas de elite, redução esta que é causada pela diminuição dos níveis de IGF-1 (fator de crescimento semelhante à insulina tipo 1) (THEINTZ et al, 1993 apud ALVES; LIMA, 2008).

A especialização precoce está ligada ao fato da criança ser submetida a longos períodos de tempo de treinamentos, com uma metodologia não compatíveis com suas necessidades, vontades e características. Contudo, esses efeitos podem não se manifestar diretamente, mas com o decorrer do tempo (SANTANA, 2005 apud RAMOS;NEVES, 2008).

Ramos e Neves (2008), citando Kunz (1994), mostra que, dentre as consequências de um treinamento especializado precoce - tanto no presente quanto no futuro - estão a redução na participação em jogos e brincadeiras típicas da infância, a formação escolar prejudicada (dada a grande exigência em conciliar com a carreira esportiva) e a pluralidade desenvolvimental que não acontece.

Santana (2005) aborda outras consequências tais como o estresse competitivo (carregado do sentimento de insegurança e medo), o efeito saturador (emergem os sinais de desânimo e desinteresse pela prática esportiva) e as lesões (devido a prática inadequada e excessiva (apud RAMOS; NEVES, 2008).

### **Conduta do técnico no esporte de alto rendimento: Pressão por resultados e títulos por parte da instituição, família e torcida**

O esporte, seja ele individual ou coletivo, possui uma série de inter-relações. Dentre elas, a relação treinador-atleta é destacada “visto que o sucesso no esporte pode estar diretamente vinculado a essa relação, junto com as ações, as atitudes e os comportamentos envolvidos” (VIDUAL et al, 2019, p.93).

A qualidade desta relação influencia resultados e vitórias e, conseqüentemente, o sucesso (ou o insucesso) do treinador e da equipe. Assim sendo, o treinador tem, por função primordial, considerar o poder das relações humanas existentes no ambiente de trabalho, potencializando-as ao ponto de que todos se unam em busca de objetivos em comum (VIDUAL et al., 2019).

Vidual et al (2019, p.94) argumentam que, para que a carreira esportiva de um atleta tenha sucesso, “é imprescindível ter disciplina, disposição, foco, além de um treinador capaz de orientá-lo a atingir seus objetivos e resultados para a equipe”.

A partir dessas considerações, percebe-se o quão importante é a função de treinador, dado que ele é visto como referência para os atletas, comissão técnica e instituição esportiva.

Com isso, torna-se necessário questionar quais características e condutas positivas implicadas no papel do treinador em relação aos atletas. Vidual et al (2019) pontuam duas questões significativas implicadas na relação treinador-atleta: função instrumental e função sócio emocional.

A respeito da função instrumental, está clara a ideia de que a função do treinador envolve aspectos técnicos e táticos, isto é, gira entorno da aprendizagem

dos mesmos, além do desenvolvimento de aspectos físicos. O enfoque, mesmo estando sobre o rendimento esportivo, deve considerar a satisfação de praticar a modalidade e, também, o desenvolvimento da autoestima (VIDUAL et al., 2019).

A função sócio emocional envolve a preocupação para com os atletas, a partir de orientações e apoio permanente. Diante das dificuldades encontradas, podem emergir sentimentos que prejudicam o desempenho do atleta. Assim sendo, é essencial que o treinador saiba identificar e compreender o momento do atleta, auxiliando-o em adaptação. Além disso, cabe ao treinador se atentar em relação ao seu próprio comportamento e emoções, dado que isso pode gerar reações positivas ou não em seus comandados (VIDUAL et al., 2019).

Percebe-se com isso que os treinadores precisam atuar de maneira que uma função não se sobreponha a outra. Esse trabalho integrado, portanto, visa resultado sem desconsiderar aspectos psicológicos e sociais, além de uma autorreflexão por parte do treinador a respeito das decisões e condutas tomadas.

Retomando a posição de referência que o treinador tem no ambiente esportivo, vê-se que, cabe a ele, tomadas de decisões importantes que influenciarão o alcance das metas estabelecidas. Tais decisões envolvem dois conceitos importantes que são tratados amplamente por outros campos: liderança e comunicação.

"3"CS" o modelo é constituído por três dimensões: comprometimento (cognitivo), complementaridade (comportamental) e proximidade (afetivo)". (Jowett & Ntoumanis, 2004 apud CHEUECZUK et al 2016, p.1).

Estudos recentes têm apontado que, o bom relacionamento entre Técnico e Atleta, tem um grande impacto sobre o desenvolvimento positivo. Tal relação, em comparação a função de desempenho motor, revela uma diferença nas dimensões de proximidade entre técnico-atleta e comprometimento com a tarefa, pois demonstraram também maior orientação para a tarefa. Salienta-se ainda que, os atletas medalhistas são mais próximos em relação ao grupo/técnico e comprometidos com o treinador, em comparação aos não medalhistas (CHEUECZUK et al,2016).

## **Equipe Multidisciplinar: Integrantes e suas funções**

### **PSICÓLOGO**

Williams (1991, p.195-6) – citado por Cárdenas e Cárdenas (2012) – falando a respeito de rendimento esportivo, aponta que “é necessário assumir que a execução plena é uma consequência de fatores tanto físicos, quanto mentais” (s.n.). Logo, mente e corpo são inseparáveis, exigindo não apenas condicionamento físico, mas também preparo psicológico.

Assim sendo, pensando a preparação psicológica implicada na melhora do rendimento esportivo, o psicólogo do esporte tem destaque dado que é de sua alçada a análise da relevância e necessidade das habilidades psicológicas nas diversas situações esportivas e das necessidades particulares de cada atleta e praticantes de atividade física (CÁRDENAS; CÁRDENAS, 2012).

O psicólogo atuante na área do esporte deve ter conhecimentos teóricos e práticos das diversas situações que acontecem ao longo de um jogo, uma competição e ou uma temporada no esporte, em que pretende atuar com treinamento psicológico e deve considerar as necessidades e a gama de recursos psicológicos dos envolvidos com que ele vai colaborar, para que assim ele tenha condições de otimizar o rendimento e o bem-estar de todos (CRUZ, 2002, p. 29 apud CÁRDENAS; CÁRDENAS, 2012).

Nesse sentido, a intervenção psicológica no âmbito do esporte de alta competitividade deve responsabilizar-se pela garantia de que “o atleta possa se apresentar na competição com um estado ideal de rendimento”, além da eliminação de possíveis “estados desfavoráveis[...]que possam interferir no seu bom desempenho durante a competição” (CÁRDENAS; CÁRDENAS, 2012, s.n.).

### **FISIOTERAPEUTA**

De acordo com a resolução n. 80/1987 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), fisioterapia é considerada uma ciência aplicada

que tem como tema de estudos “o movimento humano em todas as suas formas de expressão e potencialidades, quer nas suas alterações patológicas, quer nas suas repercussões psíquicas e orgânicas, com objetivos de preservar, manter, desenvolver ou restaurar a integridade de órgão, sistema ou função”.

A aplicabilidade dos conhecimentos desta área se dá em diferentes campos de atuação, desde consultórios e clínicas, passando por unidades básicas/especializadas de saúde, centros de reabilitação, asilos e escolas, tendo alcance em academias e clubes (ROZENDO; OCHOTORENA; MENDONÇA, 2018).

Enfatizando os clubes esportivos, o profissional de fisioterapia desempenha uma função ímpar, dado que “além de reabilitar o atleta, hoje ele trabalha também com prevenção” pois “entende-se que a prevenção é mais uma alternativa para a redução da incidência de lesões relacionadas à prática esportiva” (ROZENDO; OCHOTORENA; MENDONÇA, 2018, p.444).

Assim sendo, em âmbito esportivo, “diversas lesões ocorrem de forma acidental ou intencional, sendo em alguns casos até difíceis de serem explicadas” (SILVA et al, 2013, p. 322), logo, o fisioterapeuta busca diversos meios “para que cada vez menos lesões venham a acontecer durante os treinos ou jogos” visando “reduzir o índice de lesões” (ROZENDO; OCHOTORENA; MENDONÇA, 2018, p.445).

Pensando os meios preventivos, sabe-se que constituem um “processo caracterizado pela inter-relação estabelecida entre profissionais e atletas visando evitar ou minimizar disfunções que afetam o movimento e/ou impedindo a instalação de sequelas de uma disfunção já existente” e, assim, garante “a manutenção da performance e da participação no esporte” (SILVA et al., 2013, p.317).

Tal inter-relação, na lógica da multi e interdisciplinaridade, inclui a presença tanto de fisioterapeutas quanto profissionais de educação física, fisiologistas,

biomecânicos, nutricionistas, psicólogos esportivos, médicos e enfermeiros (SILVA et al.,2013).

Para os casos em que a lesão está instalada (de grau leve ou moderado), o objetivo fisioterapêutico se volta para a manutenção do condicionamento físico do atleta, dado que ele está impedido de participar da rotina de treinamento (ROSAN, 2003 apud ROZENDO; OCHOTORENA; MENDONÇA, 2018), até seu gradual retorno à prática esportiva.

## **NUTRICIONISTA**

De acordo com a resolução 380/2005 do Conselho Federal de Nutrição, a nutrição esportiva – área emergente das Ciências da Nutrição – têm abrangência sobre academias, clubes esportivos e similares. Sua atuação volta-se para o público alvo composto por atletas e praticantes de atividade física. Logo, vê-se o estreitamento entre aspectos nutricionais e atividade física, sendo uma tarefa essencial de nutricionistas esportivos, seja na prestação de “assistência e treinamento especializado em alimentação e nutrição” ou na prescrição de “suplementos nutricionais necessários a complementação da dieta” (apud RIGOBELLO; CONDE; ROTHER, 2015, p. 66).

A relação estabelecida entre nutrição e atividade física requer a atuação de profissionais competentes, já que tabus são criados a ponto de influenciar hábitos inadequados de consumo dietético. Por isso, vê-se a importância que a educação alimentar tem no desempenho daqueles que praticam algum tipo de atividade física (ADAM et al., 2013 apud MESQUITA; SOUSA, 2017).

Ressaltando a questão da educação nutricional e alimentar dos praticantes de atividades físicas, sabe-se que a finalidade está voltada para a melhora do desempenho, “esclarecendo dúvidas e desmistificando os muitos conceitos errôneos reproduzidos em ambientes de treinamento” (MOREIRA; RODRIGUES, 2014 apud MESQUITA; SOUSA, 2017, p.8).

Tal educação nutricional deve levar em conta ainda o esclarecimento da mudança da alimentação durante as variadas fases do exercício, dado que “cada nutriente presente desempenha uma função específica”, além “da importância dos macronutrientes, micronutrientes e líquidos no exercício” (ADAM et al., 2013 apud MESQUITA; SOUSA, 2017, p. 8).

Além disso, inclui-se a questão de que a suplementação, mais especificamente a sua prescrição, seja de responsabilidade de profissionais capacitados que, nesse caso, apresentam-se os nutricionistas. A intervenção destes profissionais favorece o alcance rápido e responsável, a partir da implementação de estratégias que tenham como fim “a promoção de uma alimentação saudável, consciente, baseada na ciência deixando de lado tabus e mitos que por vezes podem levar a prejuízos a saúde ou queda de rendimento” (MESQUITA; SOUSA, 2017, p. 4).

## **MÉDICO DO ESPORTE**

A Medicina Esportiva abrange grande área do esporte de Alto Rendimento. Na área da traumatologia esportiva “o conhecimento epidemiológico das afecções, a identificação dos fatores de risco em cada situação, o tratamento mais recomendado e o retorno seguro à competição[...]” (HERNANDEZ, 2006, p.182), faz parte das responsabilidades do profissional envolvido. Além disso cabe, ao médico esportivo, o tratamento e a leitura de possíveis lesões que consiste na observação do histórico do atleta (HERNANDEZ, 2006).

O saber do Médico Esportivo, para Hernandez (2006), é uma disciplina que lida com exames e tratamentos para o aconselhamento na pré-prática esportiva, partindo de uma “avaliação clínica [...] passando por todas as ações médicas” (p. 181), de acordo com as exigências, chegando a circunstância dramática da morte súbita do atleta.

## **Políticas Públicas de Incentivo a Formação de Atletas**

O sucesso esportivo dos países resulta da combinação de fatores sociais, culturais, organizacionais, econômicos, etc. O processo de formação de atletas, que consiste no período compreendido entre a iniciação esportiva e esporte de alto rendimento (CAFRUNI; MARQUES; GAYA, 2006 apud BASTIDAS; BASTOS, 2011), tem parcela de responsabilidade no rendimento esportivo do país, além de ser “a base de promoção de novos talentos que poderão se tornar campeões olímpicos” (BASTIDAS; BASTOS, 2011, p.112).

Tal formação, no entanto, caracteriza-se como um processo longo, existindo a necessidade de efetivo planejamento e estruturação. Assim sendo, a forma como a estrutura esportiva do país se organiza interferirá decisivamente sobre o processo de formação de atletas, desde a detecção, seleção, formação e promoção de talentos no âmbito esportivo (DE BOSSCHER et al., 2008, DIGEL, 2002<sup>a</sup>; MEIRA; BASTOS, 2011 apud BASTIDAS; BASTOS, 2011).

O processo de formação envolve políticas de investimentos, porém, em território nacional, por não termos um modelo ou sistema envolvido no planejamento de formação de atletas, cabe ao Estado, clubes e famílias a responsabilização pelo desenvolvimento de atletas (MATSUDO, 1999 apud BASTIDAS; BASTOS, 2011).

No entender de Ferreira (2007), abordado por Bastidas e Bastos (2011), um país se torna referência no esporte de alto rendimento quando a prática esportiva ocorre em âmbito escolar ou, ao menos, proporcionem às crianças e jovens, espaços para que esta prática ocorra. Contudo, sabe-se grande parte de crianças e jovens com idade para a iniciação esportiva não têm acesso a esses tipos de programas, dada a indisponibilidade de locais voltados para esse fim.

Na ausência da escola, torna-se necessário o oferecimento de atividades extracurriculares que, no Brasil, acabam se destacando os clubes (PERES; LOVISOLO, 2006 apud BASTIDAS; BASTOS, 2011). Contudo, mais obstáculos estão presentes, como o elitismo econômico, que “dificulta o acesso de classes

econômicas mais baixas à formação esportiva” além da restrição (imposta pelos sócios) da “utilização das dependências do clube por terceiros” (BASTIDAS; BASTOS, 2011, p.114).

Citando o Tribunal de Contas da União (2010), Bastidas e Bastos (2011) apontam que a disposição geográfica torna-se outro empecilho no acesso de crianças e adolescentes ao processo de formação, sendo necessária a ampliação do número de locais com esse fim, dado que os clubes não suprem a demanda.

A respeito de medidas legais de incentivo e fomento da prática esportiva em âmbito nacional, podemos citar a Lei Agnelo/Piva, a Lei de Incentivo Fiscal para o Desporto e o Programa Bolsa Atleta (DIAS, 2007 apud BASTIDAS; BASTOS, 2011).

### **LEI AGNELO/PIVA**

A Lei n.10.264, conhecida como Lei Agnelo/Piva, foi sancionada em 2001, resultando em um avanço no aspecto de incentivo do esporte brasileiro. Com vistas a captação de recursos, essa lei instituiu que “2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares” fossem destinados aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro.

Deste percentual arrecadado, 85% pertenceriam ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e os outros 15% ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Ainda nesta lei, especificou-se que 10% dos recursos seriam investidos em esporte escolar e 5% no esporte universitário.

Outro ponto a destacar é que a aplicação dessa arrecadação deveria ser exclusiva e integralmente em projetos e programas “de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos esportivos”.

Em 2011, A Confederação Brasileira de Clubes (CBC) também passou a ser beneficiada com 0,5% do total arrecadado das loterias da Caixa Econômica

Federal. A partir daí e até julho de 2014, de acordo com a página do Governo Federal “Rede Nacional do Esporte”, o valor acumulado foi de R\$ 150 milhões, voltados para projetos de formação de atletas de base.

A Rede Nacional do Esporte traz ainda que, a partir da sanção da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – em julho de 2015 – o percentual destinado ampliou para 2,7%, e alterou a destinação para o CPB, de 15% para 37,04%, resultando em aumento estimado de R\$ 90 milhões/ano.

Visando os Jogos Olímpicos de 2016, a previsão de arrecadação era de R\$ 220 milhões, sendo R\$ 22 milhões no esporte escolar e R\$ 11 milhões no esporte universitário, aproximadamente R\$ 98.300 milhões nos programas das COB's (exceto a de futebol) e R\$ 32.719.400 aplicados pelo COB em projetos associados a preparação de atletas e equipes para os Jogos.

Outros R\$ 56 milhões seriam administrados e investidos – pelo COB – na denominada Missão Brasileira no Rio 2016, o que incluía as bases de treinamento antes e durante a realização dos Jogos, no Instituto Olímpico Brasileiro (IOB), no Centro de Treinamento Time Brasil, na Missão Brasileira nos Jogos Olímpicos de Inverno da Juventude Lillehammer 2016 e nas atividades administrativas e operacionais do Comitê.

### **Lei de Incentivo ao esporte(LIE)**

A Lei de Incentivo ao Esporte (nº11.438/06), tem como o objetivo a destinação de uma certa porcentagem dos impostos pagos ao esporte de maneira que o dinheiro possa ser investido na manutenção e criação de projetos voltados a inserção do público no mundo desportivo. Pessoas Físicas e Jurídicas, portanto, têm a possibilidade de disponibilizar respectivamente 6% e 1% de seus impostos, o que engloba três setores sociais: o primeiro é o Estado com a característica de fomentador, criando leis que viabilizam a criação e fiscalização de projetos; o segundo setor é a iniciativa de empresas privadas de direcionamento da taxa de impostos; e, por fim, o terceiro setor são os voluntários que tem a função de proponente de projetos.

Em seu Art. 2º, a LIE (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007), aponta que a captação e direcionamento de recursos será destinado aos “projetos desportivos e paradesportivos” que atenderem a “pelo menos uma das seguintes manifestações nos termos e condições definidas em regulamento”:

I - desporto educacional;

II - desporto de participação;

III - desporto de rendimento.

### **Políticas no Desporto (Estados Unidos)**

Os esportes universitários iniciaram-se com uma iniciativa dos próprios alunos dos campus das universidades nos Estados Unidos. A primeira competição oficial aconteceu em 1852 pelas Universidades de Yale e Harvard, organizada pelos estudantes (XAVIER,2016). Com o passar dos anos, as competições ficaram ainda mais famosas, a partir disto os gestores das universidades começaram a enxergar mais oportunidades no esporte universitário, desta forma começaram a apoiar seus estudantes, e conseqüentemente aumentando a divulgação das suas universidades, além de terem um desenvolvimento pessoal maior desses estudantes (XAVIER, 2016).

Junto com a popularidade das competições de Futebol Americano, emergiu o aumento no número de lesões ao ponto de, em 1905, o índice de mortes de atletas acarretadas por lesões desportivas se aproximarem de duas dezenas (HUMS; MACLEAN, 2004 apud XAVIER, 2016). Como resposta ao ocorrido, o presidente em exercício, Theodore Roosevelt, convocou os gestores das principais universidades envolvidas no esporte universitário para uma reunião emergencial com vistas a discussão de medidas a serem tomadas antes de um maior agravamento (HUMS; MACLEAN, 2004 apud XAVIER, 2016).

Após este encontro, houve outro na Universidade de Nova Iorque, que discutiu a questão da gestão do esporte universitário nos Estados Unidos, desta forma foi criada com 62 membros a Intercollegiate Athletic Association of the United States (IAAUS) que, em 1910, tornou-se a National Collegiate Athletic Association (NCAA) (XAVIER, 2016).

Tal associação, que tem por valores a colaboração, comunicação, inclusão, liderança e transparência, dedica-se a proteção dos alunos-atletas, além de proporcionar uma possibilidade de sucesso na carreira esportiva (e na vida), através da disponibilização de recursos, como campos, quadras e ambiente acadêmico (NCAA, 2016 apud XAVIER, 2016).

São 19 Mil times que somam 460 mil estudantes atletas , e são enviados em média 54 Mil para participar dos 90 campeonatos da NCAA, que contém 24 modalidades divididas em 3 divisões. Em 73 foram criadas as divisões entre as universidades para estimular a competitividade, para participar os atletas e universidades têm que cumprir alguns requisitos como rendimento acadêmico, benefícios para os atletas e oportunidades acadêmicas (XAVIER, 2016).

A NCAA localiza-se em Indianápolis e contém em média 500 ( quinhentos) funcionários que trabalham na legislação, realização dos eventos e gerenciamento dos benefícios para os estudantes atletas. Seus recursos financeiros são arrecadados a partir da venda de direitos de imagem e transmissão das competições, da venda de produtos e ingressos para os jogos e inscrições da mesmas. De todos os 90 (noventa) campeonatos da NCAA apenas as competições da primeira divisão de Basquete Masculino, Hockey no gelo, Lacrosse, Luta Olímpica e Baseball são autossustentáveis, os demais são sustentados pelos recursos arrecadados (NCAA, 2016 apud XAVIER p.20-1).

Os programas de suporte aos atletas envolvem:

- a) locomoção e ajuda nas viagens para as 90 competições organizadas;
- b) Auxílio Financeiro com bolsas de estudos e cuidados básicos;

- c) Instituto de Ciências do esporte que se dedica a estudos sobre saúde física e mental, além de lesões, doping entre outros;
- d) Ajuda financeira aos atletas que sofrem lesões nos jogos e treinos.
- e) Assistência nutricional;
- f) Tem acesso a outros recursos acadêmicos;
- g) Treinamentos que auxiliam tanto na parte profissional quanto pessoal;
- h) Incentivos para pós-graduação dentro da NCAA;
- i) Programa “The NCAA After The Game” que auxilia os alunos mediante a experiência em sua vida profissional após o término da universidade.

## **Conclusão**

Podemos perceber através dos breves relatos que aqui pontuamos, a importância do conhecimento integral do ser humano para que o desenvolvimento seja abrangente o suficiente, sem negligenciar nenhum aspecto dos indivíduos, considerar as múltiplas variáveis do ser humano se faz indispensável para que se chegue ao ápice na carreira. O intermédio entre a iniciação esportiva e o treinamento de alto rendimento é denominado como período de formação, em que se desenvolve bases amplas que possibilitam os futuros atletas a alcançar o rendimento esperado. A elevação progressiva dos requisitos se faz paralela a PDLP (Preparação Desportiva a Longo Prazo) com o intuito de melhora constante na capacidade do rendimento para obter máxima eficiência em uma determinada idade (WEINECK, 1999 apud CAFRUNI, MARQUES, GAYA, 2004).

O treinador atua como agente norteador desse processo e a falta de conhecimento integral do ser humano, como por exemplo, as fases de desenvolvimento hormonal, motor, psíquico e emocional pode vir a ser um fator agravante no desenvolvimento do indivíduo. Porém, o treinador capaz de avaliar e integrar todas as faces do indivíduo, dispõe de uma valiosa ferramenta e galga o caminho para possível destaque de seus atletas.

O Fica nítido que o desporto brasileiro e seus executantes estão distantes de exercer aquilo que se mostra correto, levando em consideração as perspectivas dos autores e de outros países citados. O desporto tem uma importância muito maior do que apenas a prática em si, tendo diversos valores biopsicossociais.

É necessário uma revisão não apenas nas políticas referentes ao desporto, mas também no aspecto cultural, principalmente quando toda uma cultura enaltece apenas um esporte como, por exemplo, o futebol, ou quando considera apenas uma limitada maneira de trilhar o caminho para o “sucesso”, tendo em vista que o sucesso é atribuído de diferentes formas baseada em valores intrínsecos de cada indivíduo com base em suas próprias experiências.

Verificamos, com base nas informações que foram citadas no decorrer do trabalho, uma lacuna entre o ideal de recursos e a realidade que muitos atletas enfrentam em suas carreiras. Portanto, é válido observar e até mesmo comparar políticas públicas existentes no Brasil com a política de outros países que se destacam no que se refere ao desporto. A realidade vivenciada no Brasil justifica a desistência de atletas com elevado potencial para o alto rendimento. É notório que indivíduos que praticam atividade física regularmente dispõem de elevado senso crítico e isso parece ser um problema para nossa política fragmentada.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Crésio; LIMA, Renata Villas Boas. Impacto da atividade física e esportes sobre o crescimento e puberdade de crianças e adolescentes. **Rev. Paul. Pediatr.**, Bahia, v. 26, n. 4, abr./jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rpp/v26n4/a13v26n4.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

BASTIDAS, Marina Gallego; BASTOS, Flávia da Cunha. A lei de incentivo fiscal para o desporto e a formação de atletas no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, São Paulo, v.1, n. 2, p.111-121, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://observatorio.esportes.mg.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/Artigo-Lei-de-Incentivo.pdf>. Acesso em 01 maio 2020.

BRASIL, Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10264.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10264.htm). Acesso em 01 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm?fbclid=IwAR1oHNML\\_Rddjpc9eilAjqTGIS2UbrpIOPLJH7isnWPz3osbluF4abM0D\\_c](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm?fbclid=IwAR1oHNML_Rddjpc9eilAjqTGIS2UbrpIOPLJH7isnWPz3osbluF4abM0D_c) . Acesso em 05 maio 2020.

CÁRDENAS, Ramón Núñez; CÁRDENAS, Yesica Núñez. A psicologia como ciência aplicada ao esporte de alto rendimento. **Rev. Digital**. Buenos Aires, ano 15, n.166, mar. 2012. Disponível em: . Acesso em 25 abr. 2020.

CAFRUNI, Cristina; MARQUES, António; GAYA, Adroaldo. Análise da carreira desportiva de atletas nas regiões sul e sudeste do Brasil: Estudo dos resultados desportivos nas etapas de formação. **Rev Port Cien Desp**, Porto, v. 6, n. 11, p. 55-64. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpcd/v6n1/v6n1a08.pdf> . Acesso em 02 jun. 2020.

CHEUCZUK, Francielli; FERREIRA, Luciana; FLORES, Patric Paludett; VIEIRA, Lenamar Fiorese; VIEIRA, José Luiz Lopes; JUNIOR, José Roberto Andare do Nascimento. Qualidade do Relacionamento Treinador-Atleta e Orientação às Metas como Preditores de Desempenho Esportivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Maringá, v. 32, n. 2, p.1-8, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n2/1806-3446-ptp-32-02-e32229.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

COELHO, Olímpio. Pedagogia do Desporto. In:\_\_\_ **Plano Nacional de Formação de Treinadores**: manuais de formação (Grau II). Lisboa: Instituto Português e Juventude, p. 01-88. 2016. Disponível em: [http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Manuais/Graull/Graull\\_02\\_Pedagogia.pdf](http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Manuais/Graull/Graull_02_Pedagogia.pdf). Acesso em 03 maio 2020.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº80, de 9 de maio de 1987. Baixa Atos Complementares à Resolução

COFFITO-8, relativa ao exercício profissional do Fisioterapeuta. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 maio 1987. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2838>. Acesso em 01 maio 2020.

FECHIO, Juliane Jellmayer; CICHOWICZ, Fernanda Duarte Alves; CASTRO, Natália Martins; ALVES, Hélio. Especialização esportiva precoce: uma revisão. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 17, n.169, jun. 2012. Disponível: <https://www.efdeportes.com/efd169/especializacao-esportiva-precoce-uma-revisao.htm>. Acesso em 16 abr. 2020.

GOMES, António Rui. A promoção da comunicação entre treinadores e pais na iniciação e formação desportiva de crianças e jovens. **Treino Desportivo**. Portugal, mar. 2001. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4417/5/1-Gomes-Pais-Treino%20Desportivo.pdf>. Acesso em 05 maio 2020.

HERNANDEZ, Arnaldo José. Perspectivas da traumatologia esportiva no esporte de alto rendimento. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp**, São Paulo, v. 20, n. 5, p.181-183, set. 2006. Disponível em: [http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/51\\_Anais\\_p181.pdf](http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/51_Anais_p181.pdf). Acesso em 05 maio 2020.

LEI AGNELO/PIVA. Recursos perenes para investimento no esporte brasileiro. Disponível em: <http://rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva> Acesso em 01 maio 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Pesquisa Bibliográfica. In: \_\_\_\_ Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2014. Cap. nº2, p. 43-78.

MESQUITA, Lucas Rocha de; SOUSA, Juliana Paiva. Educação alimentar e nutricional no esporte: qual a importância. **Revista Saúde em Foco**. n. 9, p. 4-10, 2017. Disponível em:

[http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/002\\_educacao\\_alimentar\\_nutricional\\_esporte.pdf](http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/002_educacao_alimentar_nutricional_esporte.pdf). Acesso em 26 maio 2020.

PANIAGUA, Breno Martins Silva; ASSIS, Bruna Mara Moraes; AGRIPINO, Sarah Cloves; BRAGA, Cláudia da Fonseca. Iniciação esportiva e especialização esportiva: análise de terminologias. **Rev. Digital**. Buenos Aires, ano 17, n. 168, maio 2012. Disponível em <https://www.efdeportes.com/efd168/iniciacao-e-especializacao-esportiva-terminologias.htm> . Acesso em 05 maio 2020.

PEREIRA, Amanda L. de Lima; TAQUES, Marcelo José. Jogos pré-desportivos e ludicidade como recursos metodológicos no processo de ensino e aprendizagem do conteúdo futsal. **Revista Educação Horizonte**, v. 5, n. 10, 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/8500/4656>. Acesso em 5 de maio de 2020.

RAMOS, Adamilton Mendes; NEVES, Ricardo Lira Rezende. **A iniciação esportiva e a especialização precoce à luz da teoria da complexidade**, pensar a prática 11/1: 1-8, jan./jul. 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/EDUCACAO\\_FISICA/artigos/Iniciacao-esportiva.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/Iniciacao-esportiva.pdf). Acesso em 07 maio 2020.

RIGOBELLO, Nádia; CONDE, Simara Rufatto; ROTHER, Rodrigo Lara. Estudo de Cenário da Atuação de Nutricionista nas Equipes Esportivas Profissionais do Vale do Taquari. **Revista Vit et Sanitas**. Trindade (GO), v. 9, n. 1, p. 63-72, jan./jul. 2015. Disponível em: <http://www.fug.edu.br/revista/index.php/VitaetSanitas/article/view/21/16>. Acesso em 06 abr. 2020.

ROSA, Bruno Avelar Rosa. **Ética no Desporto: Linhas Orientadoras para Treinadores**. Instituto Luso-Ílirio para o Desenvolvimento Humano (iLIDH). Mafra: 2014. 24 p. Disponível em: [http://www.pned.pt/media/28151/AF\\_Caderno\\_treinadores\\_digital.pdf](http://www.pned.pt/media/28151/AF_Caderno_treinadores_digital.pdf). Acesso em 05 abr. 2020.

ROZENDO, Jefferson Florencio Rozendo; OCHOTORENA, Sônia Almeida Parente; MENDONÇA, Tamisa Albuquerque. A fisioterapia e a performance no futebol. In:\_\_\_BIÉ, Solange Lima Simão (Orgs). **Saúde no Brasil, a formação acadêmica, práticas e exercício da profissão**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Cap. 21, p. 441-450. Disponível em: <http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/2019-pack-023.pdf#page=441>. Acesso em 01 maio 2020.

SILVA, Anderson Aurélio da; MENDONÇA, Luciana De Michelis; BITTENCOURT, Natália Franco Netto; AMARAL, Giovanna Mendes. Prevenção de lesões esportivas. In:\_\_\_ SAMULSKI, Dietmar; MENZEL, Hans-Joachim; PRADO, Luciano Sales (editores). **Treinamento Esportivo**. Barueri, SP: Manole, 2013. Cap. 13, p.371-336.

VIDUAL, Marina Belizario de Paiva; RODRIGUES, Fábio Seiji Uchida; GOMES, Guilherme; GUERRERO, Kaio Borges; FERNANDES, Paula Teixeira. In:\_\_\_ FERNANDES, Paula Teixeira (org.). **Interdisciplinaridade na psicologia do esporte**. Curitiba: CRV, 2019. P. 93-104.

XAVIER, Luisa Carvalho. **Comparação entre o modelo de gestão do esporte universitário brasileiro e o dos estados unidos da américa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016. 64 p. Dissertação (Bacharelado). Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/21890>. Acesso em 10 maio 2020.